

Sociólogo "Justiça tem uma relação autoritária com o cidadão"

O sociólogo Boaventura de Sousa Santos afirmou hoje em Coimbra que a justiça portuguesa "tem uma relação autoritária com o cidadão" e considerou que a cultura judiciária dominante é "o direito dos papéis", a burocracia e o conservadorismo.



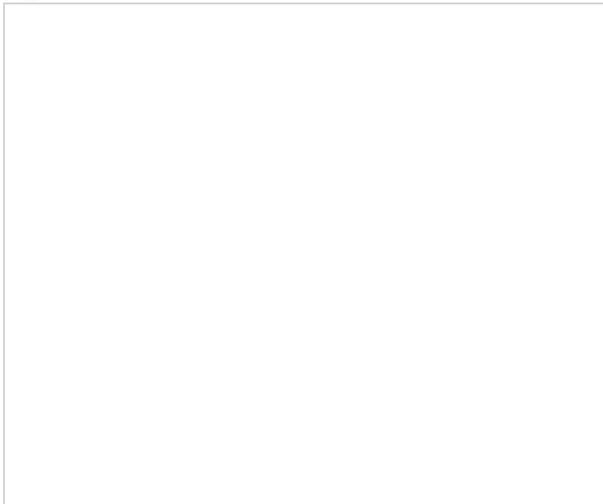
Lusa

10:23 - 15 de Maio de 2015 | Por Lusa

Gosto 25 Tweet 4 8+1

Num retrato da cultura judiciária, Boaventura de Sousa Santos sublinhou que esta é "conservadora, não está disponível para inovações" e privilegia o "direito no papel" e "a burocracia".

PUB



Considerou também que o sistema vigente não valoriza "a responsabilidade social" e a "sensibilidade democrática" dos magistrados.

"O direito não é um conjunto de papéis. É um fenómeno social", sendo que, em parte, a culpa desta mesma cultura está nas faculdades, que se mostram "pouco abertas à sociedade e pouco sensíveis aos direitos dos cidadãos", disse o sociólogo, que falava à agência Lusa a propósito do lançamento do livro "Para uma revolução democrática da justiça", que decorre hoje, pelas 19:00, na Livraria Almedina, no Estádio Cidade de Coimbra.

A formação na justiça é uma "deformação burocrática", frisou.

O próprio sistema da justiça portuguesa valoriza "a cultura dos papéis", aquando das promoções, não havendo "estímulos" para se sair dessa mesma cultura, observou o sociólogo, que é também

reabilitação do indivíduo condenado, exceção feita quando os "presos têm grande valor político ou económico".

Para além de ser necessário um sistema que promova qualidade e não quantidade dos processos despachados, Boaventura de Sousa Santos defende que os estudantes, nos últimos anos do curso de direito, deveriam "treinar patrocínio judiciário" nas comunidades periféricas, de forma a ganharem sensibilidade para as diferentes "realidades do país".

Sobre a atual atuação do Governo, o sociólogo considerou que Portugal está hoje "em plena contrarrevolução democrática da justiça", salientando que a justiça tem ficado cada vez mais "cara, ineficiente, inacessível e distante".

A reforma do mapa judiciário promovida pela ministra da Justiça, Paula Teixeira da Cruz, feita "às três pancadas", teve como principal preocupação "cortar custos", aumentando a distância entre a justiça e os cidadãos.

Segundo o também diretor do Centro de Estudos Sociais, é necessário "desfazer a reforma do mapa judiciário", que se apresenta como um "fator de exclusão social".

Igualmente coordenador científico do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, Boaventura de Sousa Santos diz que o modelo "reformista está esgotado", constatando que 20 anos de reformas na justiça não apresentaram resultados.

Entre as medidas que propõe no seu livro, o sociólogo destaca a aplicação de um sistema público "independente" de advogados para defender "cidadãos sem capacidade" económica e um modelo itinerante em que a justiça "sai do tribunal e vai às vilas, localidades e cidades".

O sociólogo concluiu que em Portugal se vive numa "democracia de baixa intensidade", em que a sociedade é "politicamente democrática, mas socialmente fascista", estando tal aspeto também presente na justiça.
